



**Gestão Ambiental e Territorial Indígena no Brasil:**  
Contribuições do Projeto GATI

Sumário

Áreas de referência e benefícios múltiplos.....03

Terras Indígenas, mudanças climáticas e conservação da biodiversidade.....07

    Amazônia.....08

    Cerrado.....10

    Caatinga.....13

    Mata Atlântica.....14

    Pantanal.....16

Governança do Projeto e participação indígena.....19

O Projeto GATI e a política PNGATI.....23

Formação em gestão territorial e ambiental.....27

Instrumentos de gestão territorial e ambiental.....31

Agroecologia, agroflorestas e restauração ambiental.....35

Do GATI ao futuro da PNGATI.....41

Gestão Ambiental e Territorial Indígena no Brasil: Contribuições do Projeto GATI

O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) foi uma realização conjunta do movimento indígena brasileiro, governo federal, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e de instituições parceiras, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a organização não governamental The Nature Conservancy (TNC) e o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (Global Environment Facility – GEF). Implementado entre 2010 e 2016, contou com US\$ 6 milhões do GEF, além de contrapartidas de governo – Funai e MMA – e recursos da TNC.

Fruto de um longo processo de discussão, o GATI tem suas origens em 2002, quando o MMA se propôs a desenhar, junto com representantes indígenas, um Plano de Ação de Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas, no contexto da criação da Política Nacional da Biodiversidade (Brasil, 2002). Durante os anos seguintes, lideranças indígenas mobilizaram-se para construir uma iniciativa que abarcasse todo o território nacional e que reconhecesse o papel das Terras Indígenas (TIs) para a conservação da biodiversidade.

Esses debates ganharam formalidade num Grupo de Trabalho envolvendo órgãos de governo – MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Ministério da Justiça e Funai – e participação de representantes indígenas das cinco regiões do país (Brasil, 2004). Uma oficina em 2006 e cinco consultas regionais aos povos indígenas em 2008 ajudaram a dar forma final à proposta, encaminhada e aprovada pelo GEF em 2009.

Promovendo o protagonismo indígena já em sua fase de construção, o GATI teve dois objetivos centrais: contribuir para o reconhecimento das TIs como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade brasileira e fortalecer as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais. Lidou, desde o início, com o desafio de compatibilizar marcos conceituais do campo da conservação da biodiversidade e pontos de vista indígenas. Ao aproximar ambientalismo e indigenismo, fez frente a barreiras institucionais e conflitos locais em torno dessa dualidade. Inseriu-se, assim, em mais amplo movimento observado no plano internacional: a busca de entendimentos comuns entre promotores dos direitos indígenas e ambientalistas, superando visões preservacionistas mais ortodoxas e reconhecendo, de fato, o lugar das TIs em estratégias de conservação da biodiversidade.

Entre os projetos apoiados pelo GEF em diferentes partes do mundo, o GATI foi o primeiro que teve foco exclusivo sobre TIs e os indígenas como atores protagonicos. Desse ponto de vista, constituiu-se em marco, laboratório e referência para futuros projetos com indígenas, no Brasil e em outros países e continentes.



## Áreas de referência e benefícios múltiplos

Ações do GATI envolveram a participação de 27 diferentes povos indígenas, de vinte estados, localizados em cinco biomas.

No nível local, o GATI tomou como áreas de referência 32 Terras Indígenas (TIs), distribuídas em vinte estados brasileiros e representativas de cinco biomas do país: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal. Envolveu comunidades de 27 povos diferentes, realizando ações em diversos temas: recuperação de áreas degradadas, segurança alimentar, agroecologia, formação para gestão territorial indígena, governança e participação indígena e construção de instrumentos participativos de planejamento do uso dos recursos naturais. As 32 áreas de referência foram agrupadas em oito núcleos regionais, como se vê no mapa.





Ao ir além dos limites da Amazônia, o GATI deu vazão a projetos de povos que habitam regiões costumeiramente deixadas em segundo plano pelas tradicionais fontes de financiamento de projetos socioambientais. O conjunto de TIs participantes do GATI foi bastante heterogêneo, agregando desde experiências consolidadas de gestão ambiental e territorial até casos em que essa discussão apenas se iniciava. Algumas áreas de referência apresentavam situação extremamente complexa, decorrente de décadas de, conforme o caso, conflitos fundiários, impactos de grandes empreendimentos, agronegócio, monoculturas e atuação equivocada do próprio Estado.

A partir da identificação das especificidades locais de cada área de referência, a atuação do GATI foi estruturada para gerar resultados também em âmbito regional e nacional, num desenho global com três resultados:

- 01 Fortalecimento e estruturação de mecanismos e ferramentas que permitem reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs para a conservação dos recursos naturais, biodiversidade florestal e seus serviços ambientais.
- 02 Consolidação de uma rede de experiências de gestão em TIs, por meio do apoio à elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs).
- 03 Apoio a iniciativas de recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais, produção agroecológica e boas práticas de extrativismo nas Áreas de Referência.

Embora o GATI tenha sido projetado com base nos conceitos de conservação da biodiversidade e do uso sustentável de florestas, hoje é claro que seus benefícios foram múltiplos, trazendo contribuições seja para outras linhas temáticas de atuação do GEF, como mudanças climáticas e prevenção da degradação de ambientes, seja para o fortalecimento cultural, social e econômico dos povos indígenas.

*É possível afirmar que o Projeto GATI foi exitoso e positivo para os povos indígenas no sentido de proporcionar o intercâmbio de experiências de gestão das terras indígenas em diferentes realidades do país, promovendo o encontro e alianças entre os envolvidos de cada região, bem como um maior conhecimento das peculiaridades e diferenças das terras selecionadas. Tivemos também o fortalecimento das organizações indígenas, que conseguiram se organizar para acessar outros fundos, além do GEF/ GATI, e construir com seus povos uma outra visão de como se deve trabalhar em projetos como esse, criando certa independência das políticas estatais da Funai ou da Sesai.*



Ceíça Pitaguary,  
Apoinme

Um subproduto bastante positivo do GATI foi o fortalecimento de práticas e debates que conduziram à instituição da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Brasil, 2012a). Essa política coloca em cena diferentes arranjos e compromissos interinstitucionais, envolvendo órgãos de governo, organizações indígenas, organizações indigenistas da sociedade civil e agências de cooperação, nacionais e internacionais. Uma síntese das lições aprendidas do GATI, objeto desta publicação, oferece marcos referenciais importantes para se avançar na implementação da PNGATI.

**Sistematização das experiências do Projeto GATI**



Todos os anos de atividades do Projeto GATI e as suas principais contribuições para a gestão de Terras Indígenas no Brasil foram sistematizados em duas coleções de publicações: a primeira composta por cinco livros referentes às ações nos Núcleos Regionais. E a segunda, composta por cinco livros, aborda os principais temas que conduziram as ações do Projeto.



# Terras Indígenas, mudanças climáticas e conservação da biodiversidade

Entre os serviços ambientais propiciados por áreas conservadas, estão a diminuição da emissão de gás carbônico para a atmosfera e a manutenção dos ciclos hidrológicos e climáticos em escala local e regional.

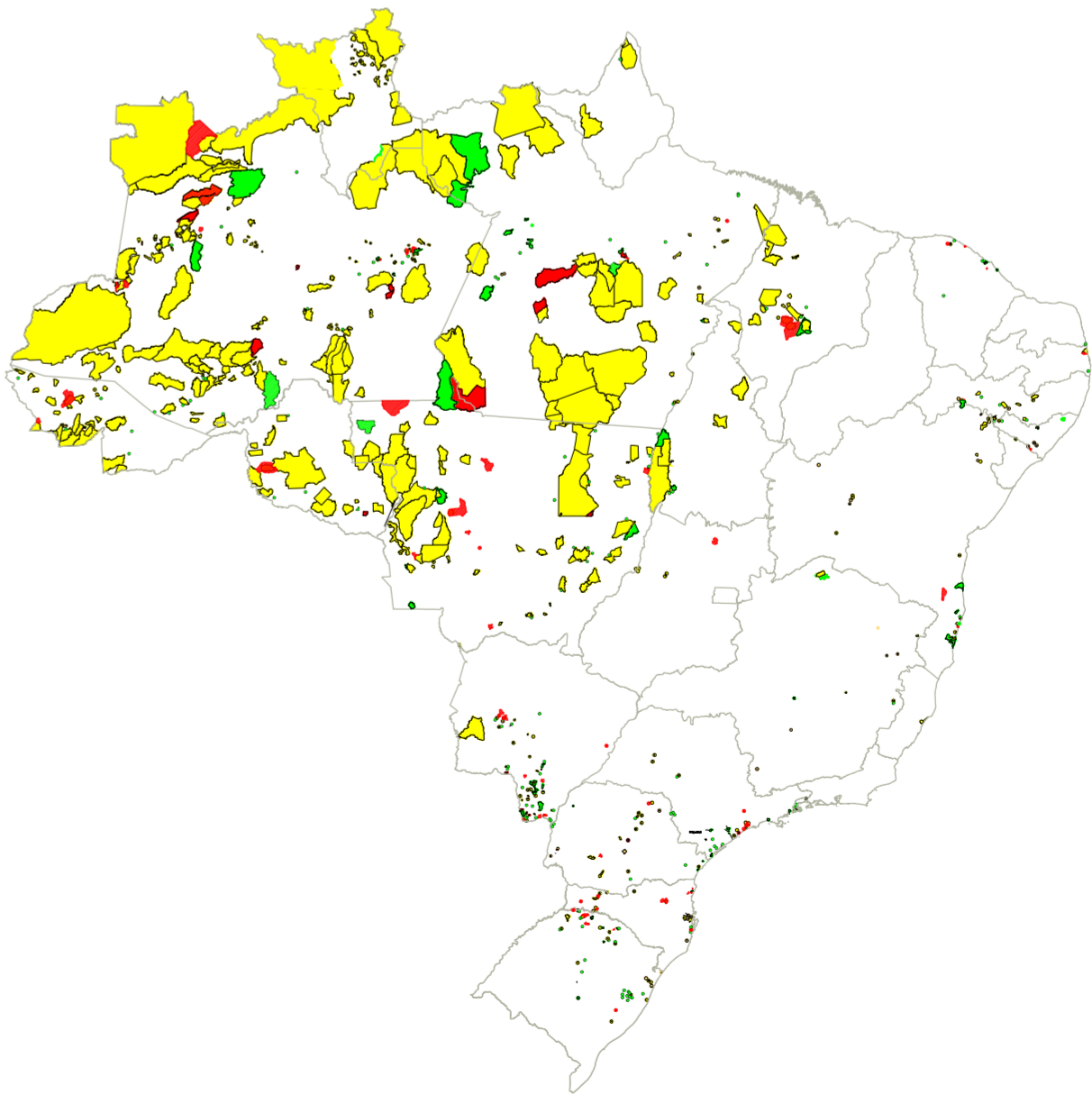
Num cenário global de crescimento populacional e consumo cada vez maior dos recursos naturais, tendo como consequências alteração e degradação de ambientes e mudanças climáticas, a vegetação nativa e os ecossistemas conservados tornam-se cada vez mais importantes. Fornecem serviços fundamentais, tais como a proteção da biodiversidade, o sequestro e armazenamento do gás carbônico da atmosfera e a manutenção dos ciclos hidrológicos e climáticos em escala local e regional.

Hoje, o Brasil é o país com a maior rede de áreas protegidas das regiões tropicais, constituída de Unidades de Conservação de diferentes modalidades, terras quilombolas e in-

dígenas. No total, as áreas protegidas correspondem a mais de 25% do território nacional.

Apesar de números mais expressivos na Amazônia, as Terras Indígenas (TIs) estão distribuídas por todos os biomas brasileiros, protegendo diversos tipos de ecossistemas, prestando relevantes serviços ambientais e abrigando importantes remanescentes da vegetação nativa e populações de fauna associadas.

Com uma extensão total superior a 1,1 milhão de km<sup>2</sup>, as TIs protegem aproximadamente 13% do Brasil.



Terras Indígenas do Brasil. Fonte: Funai



## Amazônia

### Terras Indígenas contribuem para frear o desmatamento

Implementação de políticas públicas para a gestão territorial indígena na região são urgentes para conter as constantes ameaças.

Na Amazônia, onde políticas públicas do passado promoveram intenso processo de conversão da floresta em pastagens – especialmente no chamado “Arco do Desmatamento”, nas bordas leste e sul da região –, as Terras Indígenas (TIs) têm atuado como barreiras contra o avanço do desmatamento (Figuras 1-3). Além de resguardar a biodiversidade em cerca de 23% do território amazônico, as TIs armazenam aproximadamente 30% do carbono florestal estocado na região (IPAM, 2015), tendo assim um papel muito relevante no equilíbrio climático e no cumprimento das metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Brasil, 2009).

A rica diversidade cultural indígena da Amazônia brasileira inclui formas variadas de relacionamento com o meio ambiente e gestão coletiva do território e dos recursos naturais. Mais do que em qualquer outro lugar no mundo, a Amazônia é lar, inclusive, para um grande número de grupos que vivem na floresta tropical em isolamento voluntário. Entre referências confirmadas e por confirmar, a Funai contabiliza mais de cem registros de grupos de índios isolados na parte brasileira da floresta amazônica. A maioria das TIs amazônicas, no entanto, sofre diversas pressões ambientais, internas e externas: garimpagem, extração de madeira, grilagem, invasões de pescadores e caçadores, entre outras.

Se a intensidade das pressões varia conforme a proximidade em relação a frentes de colonização e grandes obras de infraestrutura, tais como usinas hidrelétricas, a necessidade de ações de gestão territorial é uma constante. O desmatamento no interior de TIs, menor do que no seu exterior e em contínuo declínio entre 2008 e 2015, assistiu a um preocupante aumento em 2016, o que o fez retroceder a nível superior ao de 2012. Publicizados pela Funai, os números de 2016 reforçam ainda mais a necessidade de fortalecimento de ações de proteção e gestão dos territórios indígenas, em especial as de fiscalização – atribuição do Estado – e vigilância comunitária.

## Desmatamento e Terras Indígenas na Amazônia



01

O mapa acima (à esquerda) demonstra as Terras Indígenas frente ao desmatamento na Amazônia até o ano de 2015. Fonte: ©IPAM

02

A imagem de satélite acima (à direita) traz a TI Igarapé Lourdes (RO), uma das Áreas de Referência do Projeto GATI, que conserva uma área significativa de floresta amazônica, em contraste com as áreas ocupadas por frentes de colonização, com altas taxas de desmatamento. A TI também é importante aliada na proteção da vizinha Reserva Biológica do Jaru, ao norte.

03

A foto mostra Mokuká Xikrin falando da situação da TI Trincheira-Bacajá (PA) e entorno, durante intercâmbio promovido pelo Projeto GATI, em 2015 à TI Wajäpi (AP).



## Manejo sustentável do território e conservação do “berço das águas”

Técnicas indígenas de uso e manejo do fogo são reconhecidas pelas políticas de combate aos incêndios florestais.

Segundo maior bioma do país, o Cerrado ocupa mais de 2 milhões de km<sup>2</sup>, equivalentes a 24% do território nacional. Apresenta alta biodiversidade e endemismo, ou seja, abriga espécies que não existem em outros ecossistemas.

Conhecido por “berço das águas” ou “caixa d’água do Brasil”, é nele que nascem três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul: Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata. Mas, por conter muitas áreas com relevo e solos favoráveis à mecanização, vem se tornando responsável por uma parte significativa da produção nacional de grãos, carne e laticínios. Como resultado, tem sofrido modificações irreversíveis.

Entre os seis biomas terrestres nacionais, é o que vem sendo mais rapidamente alterado pelo desmatamento. Existem no Cerrado aproximadamente cem TIs, que ocupam menos de 5% da área total do bioma (pouco mais 90.000 km<sup>2</sup>).

Embora em termos de ocupação territorial a presença indígena pareça pequena, sua contribuição é fundamental para a conservação da biodiversidade e os serviços ambientais.

Até o ano de 2010, essas áreas perderam com o desmatamento menos de 4% da sua vegetação nativa, número que não se compara com os quase 22% das Unidades de Conservação situadas no bioma e os aproximados 40% dos assentamentos da reforma agrária ali promovidos (MMA, 2014).

Esses dados refletem a importância da gestão que os povos indígenas do Cerrado realizam por meio de conhecimentos ambientais refinados e passados de geração a geração. Suas técnicas tradicionais de uso e manejo do fogo, por exemplo, contribuem para a conservação do Cerrado (ver box).

### O fogo e o manejo indígena do Cerrado

A vegetação do Cerrado demonstra uma série de adaptações ao fogo, que é um fator ecológico fundamental na manutenção das características deste bioma, influenciando a composição das espécies vegetais e a sincronização das floradas, entre outros processos. No seu manejo tradicional deste ambiente, os povos indígenas do Cerrado praticam a queima controlada e sucessiva de pequenas áreas no início da estação seca, ajudando a manter a diversidade da paisagem.

Na ausência destas práticas tradicionais de uso do fogo, ocorre um acúmulo de biomassa ao longo dos anos, resultando em incêndios maiores e muito mais danosos aos ecossistemas. Atualmente, no entanto, estão ocorrendo mudanças nos paradigmas sobre o papel do fogo no Bioma Cerrado, especialmente em relação às Unidades de Conservação e no âmbito do programa Prevfogo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que hoje conta com 37 brigadas indígenas.

Neste contexto, as práticas tradicionais de manejo do Cerrado e os saberes dos povos e comunidades tradicionais passam a ser vistos como sustentáveis e considerados como importante subsídio para as políticas de gestão e manejo de fogo no bioma.



Área de distribuição original do Cerrado.

Áreas remanescentes de vegetação nativa do Cerrado em 2012. Terras Indígenas em vermelho.



## Luta pela terra e regeneração de ecossistemas

Terras Indígenas resguardam a riqueza e a diversidade da vegetação nativa em reduzidos espaços de Caatinga.

Ao reconquistarem oficialmente parte de seus territórios após muitos anos de luta, povos indígenas do Nordeste depa-  
raram com cenários de devastação. Importantes áreas de mata  
foram destruídas, e o solo já não servia para a agricultura tra-  
dicional, em virtude do desgaste resultante da prática de mono-  
cultivos e pecuária extensiva.

As Terras Indígenas (TIs) representam 0,25% do bioma,  
mas muitas delas possuem amostras importantes de vegetação  
nativa. Nessas áreas, os povos indígenas da Caatinga mantêm  
práticas rituais atreladas a relações cosmológicas com entes  
como os “encantados”, que habitam e protegem as serras e  
outras feições da paisagem e do ambiente. No interior de al-  
gumas das TIs da região, reservam-se locais para a prática do  
“Ouricuri”, importante atividade ritual desses povos, como os  
Pankararu, Fulniô, Kariri-Xokó, Xukuru-Kariri, Tuxá, entre ou-  
tros. São áreas conceitualmente “intocadas”, possuidoras de  
caráter sagrado, que se encontram bastante preservadas do  
ponto de vista ambiental.

Indígenas da Caatinga reconhecem o caráter complementar  
entre a posse do território e a recuperação do meio ambiente,  
em busca de uma terra fértil e cultivável. Lutas pela terra ain-  
da pendentes têm-se fortalecido, assim como o interesse por  
práticas agroecológicas, que contribuem para uma agricultura  
mais resiliente às secas recorrentes.

Em diversos casos, como na TI Caiçara/ Ilha de São Pedro  
(Porto da Folha/ SE), a retomada do território tradicional levou  
à recuperação da vegetação nativa, refletindo a importância  
dada pelos indígenas aos recursos naturais de uso tradicional  
e oportunizando novas formas de geração de renda, a exemplo  
da apicultura.



O mapa acima faz parte do livro: “Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu” e mostra as áreas de croá ou caroá (Neoglazióvia variegata-Bromeliaceae). A importância cultural do caroá, cujas fibras são utilizadas para confeccionar a vestimenta ritual “praiá” (foto ao lado), tem levado os Pankararu a buscar formas de manejo e conservação da espécie. Fonte: ©Anai



## Mata Atlântica

### Terras Indígenas contribuem para a conservação do bioma brasileiro mais impactado

Restauração florestal em terras indígenas garante água para as comunidades e ajuda a preservar mananciais hídricos de abastecimento de cidades vizinhas.

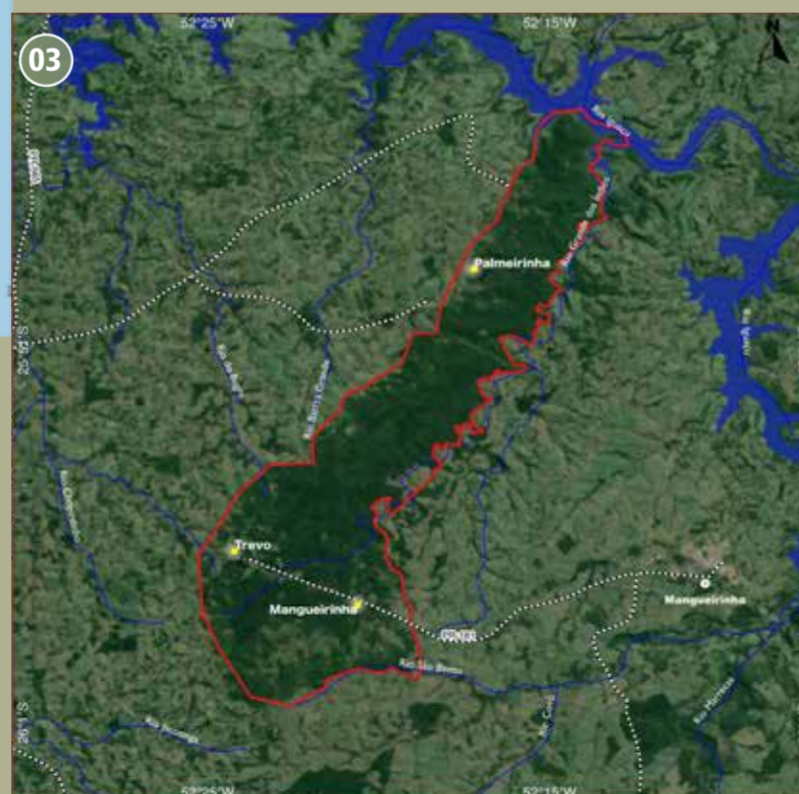
As florestas do Bioma Mata Atlântica originalmente cobriam mais de 1,3 milhão de km<sup>2</sup>, distribuídos entre dezessete estados do território brasileiro. Estendiam-se de forma contínua por quase todo o litoral do país, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, até encontrarem a Floresta Amazônica.

Hoje, restam cerca de 22% da cobertura inicial da Mata Atlântica, principalmente nas serras e regiões de relevo escarpado. Considerando fragmentos acima de 100 hectares, apenas 7%, aproximadamente, da floresta original estão bem conservados, enquanto outras porções encontram-se em diferentes estágios de regeneração.

É o bioma brasileiro mais impactado, e uma das florestas tropicais mais ameaçadas do mundo. As áreas que ainda possuem Mata Atlântica, principalmente as regiões mais acidentadas, também se destacam pela sua importância na produção de água.

O passado dos povos indígenas que vivem no bioma é marcado por ciclos de exploração econômica dos recursos naturais, de forma muitas vezes conflituosa e violenta. A exploração chegou a ser empreendida pelo próprio Estado brasileiro, que, desconsiderando a presença indígena, incentivou a colonização de territórios por imigrantes de origem europeia.

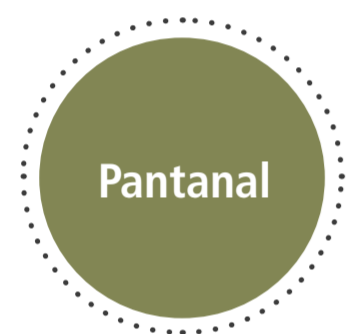
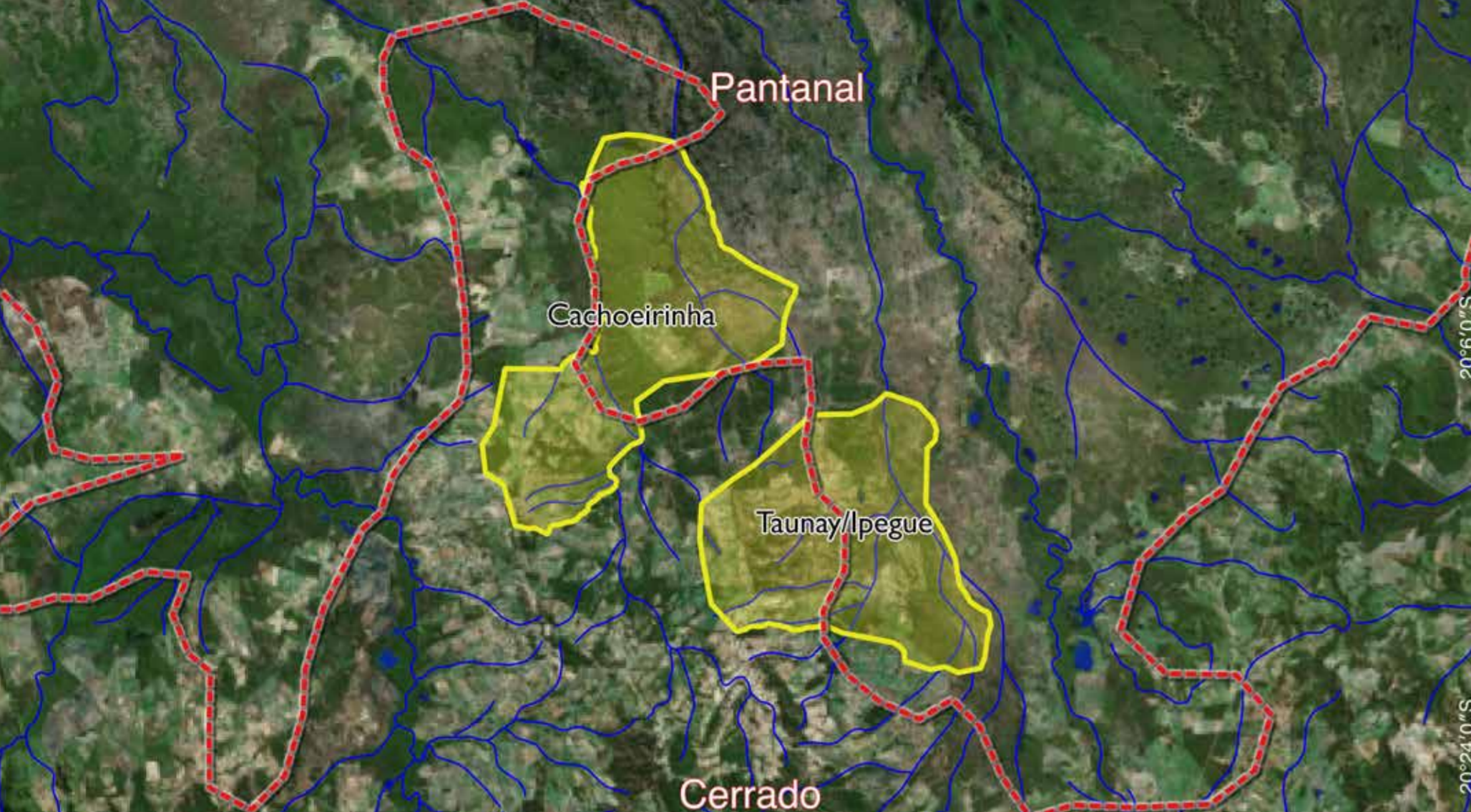
Os povos indígenas que sobreviveram a esses processos mantêm ou retomaram parcelas de seus territórios, ainda hoje sob intensa pressão externa. A restauração florestal, principalmente em áreas de nascentes, é preocupação comum entre esses povos. Tal ação, importante para manter qualidade e quantidade de água de uso das comunidades, tem caráter estratégico mais amplo, pois as TIs ajudam a preservar mananciais hídricos que abastecem centros urbanos vizinhos.



➔ Extensão original (1) e atual (2) da vegetação do Bioma Mata Atlântica. Terras Indígenas em vermelho.

➔ A TI Manguaírinha (3), no Paraná, detém remanescente significativos de Mata Atlântica com espécies em perigo de extinção: araucária (*Araucaria angustifolia*), xaxim (*Dicksonia sellowiana*), imbuia (*Ocotea porosa*) e a canela-preta (*O. catharinensis*). A presença de floresta conservada nesta TI permite geração de renda com a extração da erva-mate, árvores do sub-bosque da floresta de Araucária, bem como a extração de pinhão e nó de pinho.





## Indígenas resistem nas bordas do maior ecossistema úmido do planeta

Mato Grosso do Sul é palco de conflitos fundiários entre fazendeiros e a segunda maior população indígena do país, que vive em territórios reduzidos e condições precárias.

O Projeto GATI destinou um olhar diferenciado a Mato Grosso do Sul, estado que conta com a segunda maior população indígena do Brasil – mais de 77 mil indivíduos – e tem apenas 1,6% de sua área total regularizada como Terras Indígenas (TIs).

Em Mato Grosso do Sul, o bioma Pantanal se entremeia, em suas margens, com o Cerrado. Situadas nessa região de borda do Pantanal, as TIs sul-mato-grossenses protegem importantes nascentes e cursos d'água de abastecimento do bioma, um dos maiores ecossistemas úmidos do planeta em extensão contínua.

Também em Mato Grosso do Sul, com transições para o Cerrado, encontra-se a Mata Atlântica Interior, cujas áreas de "terra roxa" foram em grande parte desmatadas para a produção de grãos e carne bovina, pontos fortes da economia do estado.

Se apenas 4,6% do Pantanal encontram-se protegidos na forma de unidades de conservação, Mato Grosso do Sul, por si só, abriga mais de 54 TIs, em diferentes estágios de regularização, que têm grande relevância para a conservação da biodiversidade na região. A maioria dessas TIs, no entanto, é de tamanho insuficiente para garantir a produção agrícola, a demanda por produtos florestais e as manifestações rituais e cosmológicas de seus habitantes.

Iniciativas da Funai em andamento, destinadas a demarcar ou rever limites de TIs em Mato Grosso do Sul, transcorrem num quadro de graves conflitos fundiários, fortemente desfavorável aos indígenas. O avanço desses processos é fundamental para a manutenção e reprodução da rica sociobiodiversidade pantaneira, assim como para o fortalecimento da contribuição indígena aos serviços ecossistêmicos.





## Governança do Projeto e participação indígena

O GATI foi gerido de modo a favorecer a internalização de processos na Funai, a atuação em forma de redes e o fortalecimento de parcerias, contando com a fundamental participação de organizações e representantes indígenas.

O GATI funcionou com base numa Unidade de Gestão do Projeto (UGP) integrada à estrutura da Funai, de modo a favorecer que as práticas decorrentes de sua execução fossem internalizadas pelo órgão indigenista. Coube à Coordenação Geral da Funai na qual se instalou a UGP, a de Gestão Ambiental, promover articulação interna com outras Coordenações Gerais do órgão em Brasília e com suas Coordenações Regionais (CRs). Dezesete CRs da Funai, de um total de 37, têm sob sua jurisdição uma ou mais TIs que foram áreas de referência do GATI.

O envolvimento dos servidores da Funai nas atividades do Projeto trouxe o aprendizado de novas metodologias, conceitos e práticas. Os servidores não se limitaram a ajudar na execução logística de atividades, mas participaram de diversos cursos, intercâmbios e processos de formação. Boa parte das CRs incorporou em seu planejamento prioridades definidas no âmbito do GATI para as áreas de referência, absorvendo a agenda do Projeto e as principais linhas de trabalho relacionadas com a gestão territorial e ambiental de TIs.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), participou ativamente do desenvolvimento do Projeto, contribuindo com processos de construção coletiva, estimulando o envolvimento de suas representa-

ções locais e fortalecendo redes e parcerias. Aproximações entre Funai e ICMBio nas regiões potencializaram relações cooperativas entre os gestores das duas instituições.

Fator relevante do sucesso do GATI foi o modo como se deu a participação indígena. Além do papel fundamental do movimento indígena em demandar o Projeto ao governo, direcionar sua construção e viabilizar sua apresentação aos financiadores, tal participação foi formalmente estabelecida nas suas instâncias de governança: o Comitê Diretor, de abrangência nacional, e os Conselhos Regionais, todos eles paritários – com igual número de representantes indígenas e de governo. Essas instâncias funcionaram como aglutinadores de parcerias e fóruns de planejamento conjunto, fortalecendo e muitas vezes criando importantes relações interinstitucionais, um legado do GATI a processos que seguem.

As organizações indígenas saíram fortalecidas do processo de construção e execução do Projeto, uma vez que dispuseram de condições para a realização de uma série de reuniões, assembleias e articulações regionais, assim como para o estabelecimento de novas relações com potenciais parceiros.

*Como pontos positivos e inovadores, temos a participação institucional e organizada do governo brasileiro, antes ausente ou com atuações esparsas e fragmentadas entre os diversos órgãos. Importante notar que isso caminhou junto com o fortalecimento do próprio movimento indígena brasileiro. Temos hoje a APIB, em Brasília, pautando nossos direitos, por conta de todo esse amadurecimento que as lideranças tiveram com relação à sua organização, incentivada pelo Projeto GATI.*



Chico Apurinã,  
COIAB



Capas das publicações “A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas”, sobre a “Participação Indígena” e “Gestão” do projeto.

ONGs parceiras	Atividades
Associação Nacional de Ação Indigenista - Anai (Salvador, BA)	Elaboração e publicação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em duas TIs do Nordeste.
Associação Cultural de Realizadores Indígenas – Ascuri (Dourados, MS)	Implementação da Formação Mosarambihára – Semeadores em quatro TIs de Mato Grosso do Sul, com capacitação em restauração ambiental, agroecologia, etnomapeamento e audiovisual, enfatizando os saberes culturais tradicionais.
Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Recife, PE)	Assessoria agroecológica em TIs no Nordeste, com formação de jovens por meio de curso de multiplicadores agroecológicos e apoio à instalação de viveiros e unidades agroflorestais.
Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC (Rio Branco, AC)	Atualização e publicação trilingue do etnomapeamento e do PGTA da TI Mamoadate (línguas jaminawa, manchineri e portuguesa); produção de documento sobre a experiência dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre.
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB (Brasília-DF)	Sistematização de experiências do projeto, divulgação de resultados e elaboração de publicações, realização conjunta do Seminário Nacional sobre Formação Indígena para a Gestão Territorial e Ambiental e do Seminário de Conclusão do Projeto GATI: Aprendizagens e Perspectivas.
Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN (Brasília-DF)	Implementação de edital de pequenos projetos (PPP-GATI) e acompanhamento da elaboração de PGTAs no Cerrado e Caatinga.
The Nature Conservancy – TNC (Brasília-DF)	Desenvolvimento de ações com instrumentos de gestão e extrativismo nas TIs do núcleo regional Amazônia Oriental (Amapá e Pará); construção de ferramenta de diagnóstico socioambiental em TIs.

A estratégia de gestão do GATI teve como princípio o estabelecimento e fortalecimento de parcerias e articulações interinstitucionais, inclusive em âmbito local. Estas articulações possibilitaram expandir a rede de apoiadores dos projetos, incluindo organizações da sociedade civil, universidades e órgãos públicos em geral, sempre em sintonia com as principais organizações indígenas regionais.

Durante a implementação do GATI, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme), a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (ArpinSudeste), a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul) e a Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (Arpipan) foram ativas construtoras e viabilizadoras dessas parcerias. Posteriormente, somaram-se a esse conjunto o Conselho dos Caciques Terena e a Assembleia Aty Guasu, fundamentais para a execução do Projeto em Mato Grosso do Sul.

O investimento em parcerias locais e na atuação em forma de rede veio complementar a atuação das CRs da

Funai. Alguns dos parceiros não governamentais do GATI tiveram a colaboração formalizada por meio de Cartas de Acordo celebradas com o PNUD, com o objetivo de otimizar a execução de atividades programadas (ver box).

Além das parcerias formalizadas por meio de Cartas de Acordo, diversas outras instituições desenvolveram ou apoiaram ações locais, desde órgão federais que atuam por meio de unidades regionais, caso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Aquidauana, passando por universidades, como a Federal e a Estadual de Mato Grosso do Sul, até outros órgãos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil.

Nas regiões de atuação do GATI, consultores foram contratados para o desenvolvimento de ações relacionadas a cada TI envolvida no Projeto, de acordo com suas especificidades. Esse papel de consultores regionais, próximos à realidade concreta das comunidades, foi desempenhado tanto por indígenas como por não indígenas, constituindo-se todos como peças fundamentais para o sucesso do Projeto em nível local e regional.





## O Projeto GATI e a política PNGATI

O desenvolvimento do GATI impulsionou a elaboração da PNGATI, política estratégica para o futuro dos indígenas no Brasil.

O GATI deu importante apoio à construção e ao início da implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas – PNGATI. Tanto como o GATI, a oficialização da PNGATI na forma de decreto (Brasil, 2012a) foi decorrência do protagonismo indígena, com apoio de parceiros governamentais e não governamentais. A PNGATI é exemplo marcante de processo participativo e de consulta aos povos indígenas na construção de uma política pública no Brasil, o que contou com a influência do ambiente proporcionado pelo GATI.

Assim como no caso do GATI, o início do processo de construção da PNGATI foi formalizado por meio da criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (Brasil, 2008). A fim de elaborar a minuta do decreto, foram realizadas três reuniões prévias e cinco consultas regionais, nas quais participaram aproximadamente 1.200 representantes indígenas, bem como os membros do Grupo de Trabalho Interministerial, representantes de instituições federais, de organizações não governamentais, membros da Comissão Nacional de Povos Indígenas (CNPI) e autoridades estaduais e municipais.

A sinergia entre o GATI e a PNGATI é bastante evidente: ambos implementaram os princípios da consulta e participação indígena e envolveram basicamente os mesmos interlocutores e parceiros. Tendo iniciado com cerca de dois anos de antecedência em relação à PNGATI, a execução do GATI cumpriu o importante papel de piloto da Política: representou um processo de experimentação e sistematização de iniciativas e metodologias, conceitos e propostas que viriam a ganhar forma no decreto de 2012. O fato de o GATI atuar em âmbito nacional favoreceu também que ele se convertesse num dos principais mecanismos de apoio financeiro e operacional para implementação das primeiras iniciativas da PNGATI.

*“Foi a partir da criação do Projeto GATI que nós começamos a sentir a necessidade de discutir uma política que fosse para além do Projeto, de ter uma Política Nacional de articulação indígena. O GATI foi muito importante para dar esse apoio, sendo uma espécie de trampolim para discutir a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.”*



Sônia Guajajara,  
APIB



### Publicações sobre a PNGATI, apoiadas pelo Projeto GATI

A primeira publicação, “Entendendo a PNGATI”, traz explicações de forma simples e dinâmica os objetivos, as diretrizes e os eixos da Política. Aborda ainda o histórico e conceitos que dão base ao que é hoje a PNGATI. A segunda publicação, “Plano Integrado de Implementação da PNGATI”, descreve o plano que foi construído de forma participativa entre os membros do Comitê Gestor da PNGATI ao longo de 2015 e 2016.



A exemplo das instâncias de governança do GATI, o Comitê Gestor da PNGATI conta com a participação de representantes indígenas, em situação de paridade numérica em relação aos representantes de órgãos de governo, orientando e monitorando a Política em escala nacional. O Comitê abre-se também à participação de organizações parceiras da sociedade civil, fundamentais para o êxito do GATI.

O “laboratório” do GATI permitiu a consolidação de um espaço de interlocução entre movimento indígena, órgãos de governo e parceiros em torno da temática da gestão territorial e ambiental de TIs. Além disso, favoreceu o teste e aprimoramento de instrumentos para esta gestão e, ainda, o financiamento de processos de formação e capacitação na própria política em implementação, como será adiante observado.

Finalizado o GATI, a governança partilhada entre o movimento indígena e o Estado, a aproximação entre as visões ambientalistas e indigenistas devem manter-se vivas para apoiar a implementação das ações previstas pela PNGATI.

O término do Projeto traz consigo, ademais, o desafio de construir a sua continuidade, em termos de um mecanismo de apoio direto a diferentes iniciativas relacionadas aos temas abordados pela Política.

Paralelamente, porém, deve-se evitar o risco de que a implementação da PNGATI venha a significar desvinculação entre gestão territorial/ ambiental e a necessidade de regularização fundiária das TIs, cujo passivo é ainda considerável. Esse divórcio iria na contramão tanto das demandas indígenas comunicadas ao longo do desenvolvimento do GATI como da conceituação que fundamenta a PNGATI, com graves implicações para o futuro dos povos indígenas no Brasil.





## Formação em gestão territorial e ambiental

Processos de formação são fundamentais para qualificar atores que respondam pela implementação da PNGATI e por ações concretas de gestão territorial e ambiental nas Terras Indígenas

Para que indígenas e gestores públicos de todo o Brasil pudessem debater e refletir sobre os conteúdos que resultaram na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, o GATI articulou a criação e a realização do Curso Básico de Formação em PNGATI. A ação foi concebida por diferentes setores da Funai, MMA, ICMBio, Cooperação Técnica Alemã (GIZ) e organizações indígenas e indigenistas parceiras.

Com o apoio do GATI, a Funai coordenou a realização de dois cursos básicos de formação em PNGATI: um para o Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, outro para o bioma Cerrado. Em parceria com MMA e ICMBio, implementou um curso para o bioma Mata Atlântica/ regiões Sul e Sudeste, realizado na Academia Brasileira de Biodiversidade (AcadeBio/ ICMBio). Outros cursos, em Rondônia, no sul do Amazonas e em Roraima, foram viabilizados mediante parceria com a organização não governamental Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

Cada curso durou aproximadamente um ano, organizado em cinco módulos presenciais e, nos intervalos entre estes, etapas desenvolvidas em TIs. Um dos seus resultados concretos foi a aplicação dos trabalhos de conclusão apresentados pelos cursistas. Boa parte desses trabalhos compôs-se por projetos práticos de implementação da PNGATI, apoiados com recursos orçamentários da Funai ou do MMA/ ICMBio. O entendimento da PNGATI, o contexto de sua construção, o desafio da sustentabilidade e da gestão territorial e ambiental das TIs contribuíram para a maior qualificação dos atores envolvidos nos cursos. Finalizadas essas primeiras experiências, é preciso continuar implementando a formação em gestão territorial e ambiental, fundamental para a estruturação da Política.

O modelo de formação acima soma-se a outros, aos quais o GATI esteve igualmente atento. Registram-se país afora diversas experiências de organizações da sociedade civil, organizações indígenas, Universidades, Institutos Federais e da própria Funai e outros órgãos de governo no sentido de formar indígenas para a gestão territorial e ambiental de suas terras.

Há aí uma grande variedade de propostas metodológicas e curriculares, graus de consolidação, bem como de interfaces com políticas públicas – educação escolar, saneamento, prevenção de incêndios, assistência técnica e extensão rural.

Existem indígenas sendo formados, com diferentes graus de reconhecimento formal, como “agentes territoriais e ambientais”, “agentes agroflorestais”, “técnicos em agroecologia”, “agentes ambientais”, “agentes de manejo”, “agentes de saneamento”, “bacharéis em gestão territorial”, “brigadistas” (combate a incêndios), “agentes socioambientais”.

Nessas formações, o foco está na implementação de ações concretas nas TIs, tais como manejo de recursos naturais, sensibilização da comunidade escolar ou vigilância e controle territorial. Trata-se de processos formativos orientados menos para aspectos teóricos ou políticos e mais para aspectos técnicos da gestão num determinado território, envolvendo não apenas a TI isoladamente, mas muitas vezes o seu entorno, outras TIs, unidades de conservação e assentamentos vizinhos.

A potencialidade aí implicada motivou o GATI a coordenar uma primeira oportunidade para troca de experiências entre representantes desses diversos processos formativos existentes no país. Foi o Seminário Nacional sobre Formação Indígena para a Gestão Territorial e Ambiental, realizado em Brasília em maio de 2016, com um conjunto

de parceiros. Entre as conclusões do encontro, destaca-se a necessidade de continuidade do debate no âmbito da implementação da PNGATI e da costura do reconhecimento dessa gama diversificada de processos formativos no plano das políticas públicas.

A fim de ampliar a visibilidade de uma das experiências mais consolidadas nessa temática, o GATI também viabilizou publicação sobre os agentes agroflorestais indígenas do Acre, formação desenvolvida há vinte anos pela organização não governamental Comissão Pró-Índio do Acre e já reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação como curso de nível médio profissionalizante.

Dentre os mecanismos de formação que foram diretamente apoiados pelo GATI em âmbito local, vale destacar o aspecto inovador do Programa Mosarambihára – Formação de “Semeadores” em TIs Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul, executado, mediante Carta de Acordo, pela organização indígena Associação Cultural de Realizadores Indígenas (Ascuri). O Programa teve como objetivo fortalecer valores tradicionais indígenas como forma de estimular a retomada de práticas de sustentabilidade, recuperação ambiental e gestão do território. Para tanto, foram produzidos uma série de vídeos contendo entrevistas, registro de conversas e aprendizagens que colocaram em contato jovens e anciãos, de diferentes TIs.



Também merece menção o Agricultor Agroflorestal. Curso de duzentas horas, resultado dos esforços de articulação do GATI no plano regional, foi realizado e certificado pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, com apoio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). As experiências do Mosarambihára e do Agricultor Agroflorestal geraram publicações específicas.

Muitos processos de formação proporcionados pelo GATI nas áreas de referência surgiram de modo entrelaçado com outras iniciativas, sobretudo com aquelas que dizem respeito ao Resultado 3 do Projeto: Apoio a iniciativas de recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais, produção agroecológica e boas práticas de extrativismo nas Áreas de Referência. Esses trabalhos começavam com a definição de linhas gerais de interesse em cada região apontadas pelos Conselhos Regionais. A partir de então, os consultores regionais do GATI articulavam ações de natureza diversa, que iam da construção de novas propostas – como o Mosarambihára e o Agricultor Agroflorestal – até participações pontuais em cursos, oficinas, feiras de sementes, encontros, seminários e congressos de agroecologia e agroflorestas, sempre respeitando e valorizando o conhecimento indígena e o diálogo de saberes.

Uma modalidade de atividade bastante trabalhada no âmbito do Resultado 3 foram os intercâmbios, entendidos como momentos de trocas de experiências entre diferentes atores, seja entre distintos grupos indígenas, seja entre indígenas e produtores rurais não índios.

Muitas vezes, essa troca direta de experiências acabou proporcionando resultados até mais positivos do que aqueles gerados por processos estruturados de formação. A observação direta de outras experiências, enriquecida por depoimentos de outros agricultores – indígenas ou não –, invariavelmente propicia ensinamentos e novidades para serem levados e testados na comunidade de origem do observador.

*“O que tenho de experiência do GATI aqui na minha aldeia eu aprendi lá em São Paulo e no Paraná, em Araribá e no Norte. Eu deixei meu conhecimento lá e trouxe conhecimento pra cá, pra minha aldeia”. Fala referente aos intercâmbios promovidos pelo Projeto GATI.*



José Gomes  
TI Pirakuá(MS)



### Publicações sobre Formação, apoiadas pelo GATI

As publicações apoiadas com a temática formação foram: “O papel dos Agentes Agroflorestais Indígenas na Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas no estado do Acre”, parceira entre o GATI e CPI-Acre; “Curso Agricultor Agroflorestal na promoção da autonomia Terena”, parceria entre o GATI, a Família GATI (Organização CAIANAS)

e o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul/ PRONATEC; “Formação para a Gestão Territorial e Ambiental”, parte da coleção “A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas”, publicada pelo GATI; e “Mosarambihára- Semeando o bem viver”, parceria entre o GATI e a Associação Cultural de Realizados Indígenas-Ascuri.



## Instrumentos de gestão territorial e ambiental

Integrando as ferramentas do etnomapeamento e do etnozoneamento, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) consolidam-se como instrumentos para a implementação de ações concretas da PNGATI nos territórios indígenas

Instrumentos de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas (TIs) são ferramentas de planejamento das ações de proteção, conservação e uso dos recursos ambientais e da biodiversidade. Resultam da organização e sistematização dos processos de reflexão dos povos indígenas sobre seus territórios e ambientes. Têm dois objetivos principais: buscar uma maior sustentabilidade no uso dos recursos naturais e ambientais presentes nas TIs; ampliar e subsidiar o diálogo e as ações de governo e de parceiros da sociedade civil na implementação adequada de políticas públicas indígenas e ambientais.

Esses instrumentos, desenvolvidos ao longo das últimas décadas por meio de iniciativas promovidas pelas organizações da sociedade civil, organizações indígenas, universidades e cooperação internacional, ganharam maior visibilidade na esfera do governo federal durante o processo de construção da PNGATI. Dois deles, o etnomapeamento e o etnozoneamento, acabaram por ser conceituados no texto do decreto da PNGATI (art. 2o), sendo então alçados à condição de importantes referências para iniciativas de gestão territorial e ambiental de TIs em todo o país.

O conceito de Plano de Gestão Territorial e Ambiental

de TIs – PGTA, que contempla e integra os de etnomapeamento e etnozoneamento, não figura no decreto da PNGATI. Foi objeto, contudo, de um processo de interlocução entre as instituições envolvidas com o GATI que resultou na publicação Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: orientações para elaboração (Funai, 2013). Essa sistematização do conceito constituiu passo importante para a alavancagem de recursos de outras fontes, que vieram a se somar ao GATI no apoio à elaboração e à implementação de PGTAs (ver box).

Apesar de os instrumentos de gestão territorial e ambiental de TIs serem já relativamente conhecidos na Amazônia, em outras regiões sua presença é mais recente. No Nordeste, por exemplo, apenas dois povos indígenas tinham, até recentemente, algum instrumento de gestão formalizado, ambos na Mata Atlântica: os Potiguaras, na Paraíba (Cardoso; Guimarães, 2012) e os Pataxó, na Bahia (Cardoso; Pinheiro, 2012). A inexistência de experiências correlatas na Caatinga motivou o GATI a dar suporte, por meio de uma Carta de Acordo com a organização não governamental Anai-BA, para a elaboração de dois etnomapeamentos no bioma, referentes às TIs do povo Pankararu, em Pernambuco, e Xokó, em Sergipe.

### Recursos alavancados para apoio a PGTAs



O GATI deu suporte a articulações interinstitucionais que conduziram, entre 2013 e 2016, a diferentes editais de apoio à elaboração e implementação de PGTAs, num total de mais de R\$ 75 milhões dedicados à temática:

**MMA/ Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI):** R\$ 4 milhões para PGTAs na Amazônia;

**Fundo Amazônia/ BNDES:** R\$ 70 milhões para PGTAs na Amazônia, privilegiando iniciativas de implementação de PGTAs já elaborados;

**Fundo Clima/ MMA, via projeto Funai/ PNUD de apoio à implementação da PNGATI:** R\$ 3 milhões para elaboração de PGTAs no Cerrado e na Caatinga;

**MMA/ Departamento de Extrativismo:** R\$ 0,6 milhão para PGTAs no estado do Maranhão.

O GATI também propiciou a primeira experiência de PGTA no Sudeste do país: na TI Guarani de Bracuí, no estado do Rio de Janeiro. O Projeto apoiou uma ampla discussão sobre gestão nessa TI da Mata Atlântica, abrangendo iniciativas já em curso de reflorestamento e recuperação dos ambientes naturais, manejo dos recursos ambientais, reflexões sobre as ameaças do entorno e a implantação de sistemas agroflorestais, agregando-lhes informações referentes ao conjunto de pressões e ameaças ao território. O PGTA assim produzido foi lançado em setembro de 2016, em publicação bilingue (guarani e português) complementada por um DVD com vídeos autorais indígenas sobre a temática.

Ao apoio do GATI para a elaboração de instrumentos de gestão nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, somou-se um processo de revisão de caso amazônico: o da TI Mamoadate, área de referência no Acre. Esse processo, conduzido mediante Carta de Acordo firmada com a CPI-AC, resultou na publicação do etnomapeamento e do PGTA de Mamoadate em edição trilingue: jaminawa, manchineri e português. Tanto no caso guarani como no de Mamoadate, o processo de tradução dos instrumentos de gestão constituiu momento muito rico, que reforça um duplo aspecto: seus usos “para dentro”, nas discussões, reflexões e construções de acordos entre membros das próprias comunidades envolvidas, e “para fora”, nas relações dialógicas com o universo das políticas públicas.

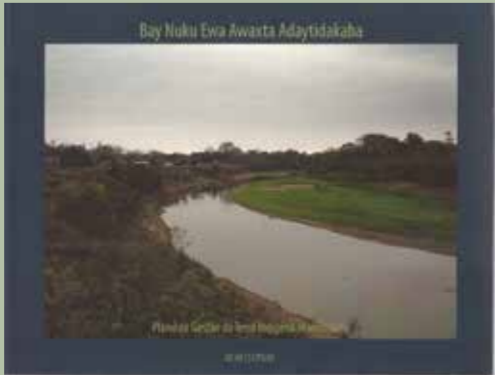
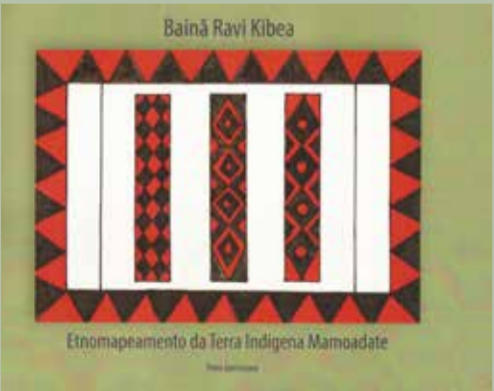
Ainda no contexto amazônico, a organização não governamental TNC contribuiu para a implementação de ações do PGTA dos Povos do Oiapoque, em áreas de referência no Amapá, e também para o etnomapeamento da Terra Indígena Trinchira/ Bacajá, do povo Xikrin, no Pará.

O Projeto GATI inovou significativamente ao proporcionar a apropriação de instrumentos de gestão por grupos indígenas do Nordeste e Sudeste do Brasil, em contextos radicalmente diferentes daqueles dos povos amazônicos. Testar a elaboração desse instrumento de gestão em outras regiões do Brasil não é só um desafio, mas uma necessidade. Dada a situação de confinamento e pressão externa de grande parte das TIs dessas regiões, nelas, etnomapeamentos, etnozoneamentos e PGTAs podem constituir ferramentas ainda mais úteis e valiosas do que no cenário amazônico, se conseguirem lidar com a complexidade política, social e fundiária em questão.

Um desafio que permanece, ao fim do GATI, é o de implementar o considerável número de PGTAs já elaborados, para que se tornem projetos e linhas de ação concretas em temas contemplados pelos eixos da PNGATI, tais como a proteção do território em face de ameaças externas, a recuperação de áreas degradadas, o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis – para consumo próprio e geração de renda – ou a destinação de resíduos sólidos.

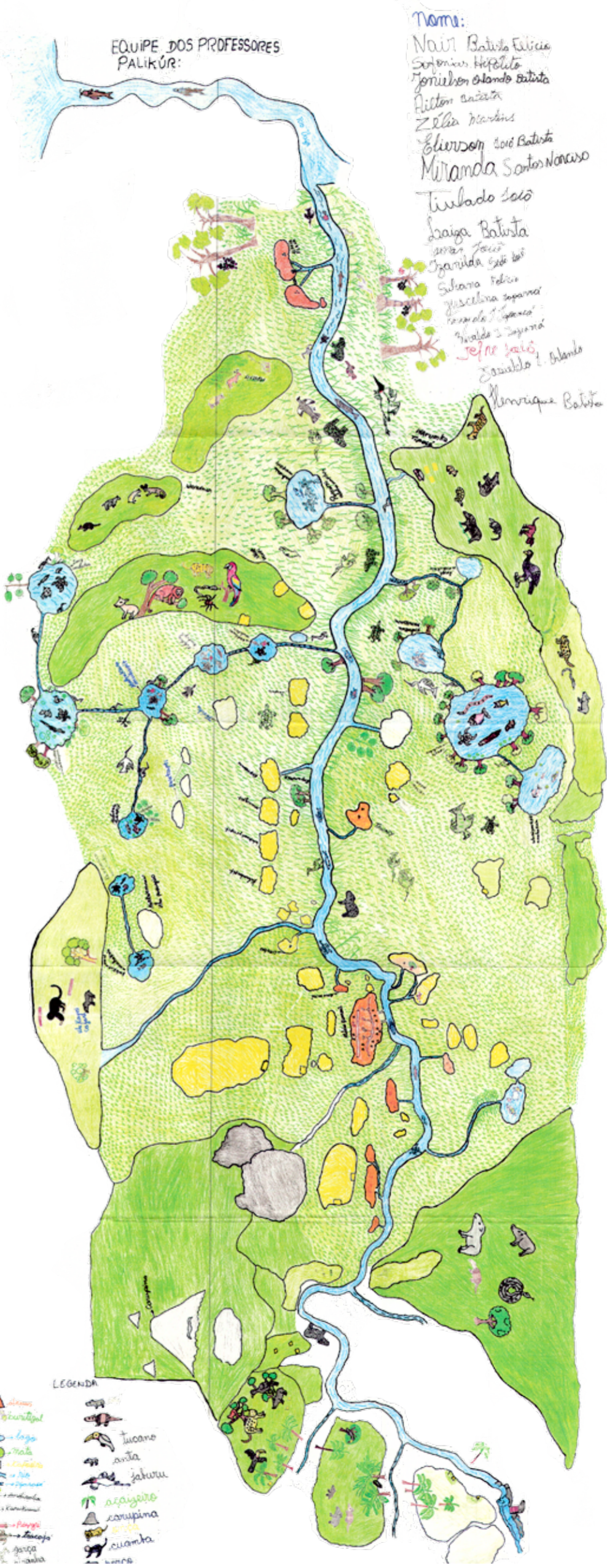
# Instrumentos GATI

Publicações do GATI sobre instrumentos de gestão territorial e ambiental indígena.



23-08-2014

## Mapa de recursos naturais da aldeia Kumené.





## Agroecologia, agroflorestas e restauração ambiental

Combinando produção de alimentos com restauração de florestas, iniciativas agroflorestais em Terras Indígenas podem contribuir para as metas brasileiras de recuperação de áreas degradadas que respondem ao cenário global de mudanças climáticas.

O GATI desenvolveu um conjunto variado de atividades relacionadas aos temas agroflorestas, restauração ambiental e agroecologia.

Os resultados mais consistentes ocorreram nas regiões em que foi possível costurar parcerias e combinar um conjunto de ações. Oficinas e intercâmbios foram realizados, equipamentos e insumos adquiridos, e, quando necessário, foi articulado o acompanhamento de assistência técnica.

Mecanismos que complementaram essas ações foram as chamadas de “microprojetos” e o edital de Pequenos Projetos PPP-GATI, implementado via Carta de Acordo com a organização não governamental Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN. Nos dois casos, predominaram iniciativas indígenas relacionadas a agroflorestas, reflorestamento e recuperação ambiental (ver página 36).



## Microprojetos



Mecanismo inovador de apoio a iniciativas indígenas na escala familiar.

Os “microprojetos” foram apoios individuais de até R\$4 mil, destinados à execução de atividades de curto prazo nas áreas de referência do GATI. Durante a sistematização dos resultados do Projeto, realizada em 2016, houve consenso entre indígenas, servidores da Funai, consultores regionais e parceiros não governamentais quanto ao sucesso do mecanismo.

Sua grande vantagem foi a agilidade, pois bastava o preenchimento pelo proponente de um formulário simplificado com a proposta de atividade, acompanhado de uma carta da comunidade avalizando o pedido. A avaliação e a tramitação em Brasília também eram rápidas.

Dessa forma, foram apoiados quase 150 microprojetos em praticamente todas as áreas de referência. As principais atividades dos microprojetos estiveram relacio-

nadas com o manejo de recursos naturais, com destaque para o trabalho com viveiros, enriquecimento de quintais, recuperação ambiental e práticas agroflorestais. Também foram atendidas solicitações de complementos de apoio para a elaboração de PGTA's e atividades de capacitação.

O mecanismo simplificado conferiu agilidade a atividades importantes, tais como a compra de sementes, insumos e ferramentas agrícolas em consonância com o calendário agrícola. Importante ressaltar que, mais que individual, esse apoio conseguia muitas vezes uma mobilização da família extensa do proponente ou da comunidade. Embora não houvesse um foco específico em gênero, a participação das mulheres indígenas foi significativa, chegando a corresponder a um terço do total de projetos apoiados.

## Pequenos Projetos



Edital de Pequenos Projetos PPP-GATI:  
apoio para associações indígenas

O Edital de Pequenos Projetos de Gestão Ambiental, PPP-GATI, contemplou propostas de até R\$ 40 mil advindas das áreas de referência, priorizando as associações indígenas de base.

A iniciativa foi implementada mediante Carta de Acordo com o Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, que também desenvolve o PPP-Ecos – Programa

de Pequenos Projetos Ecossociais (ISPN/ PNUD/ GEF), inspiração para o PPP-GATI. No total, foram 34 projetos executados com os recursos do PPP-GATI.

Os temas desenvolvidos pelos pequenos projetos foram semelhantes aos dos microprojetos, reforçando a importância de iniciativas com agroflorestas e restauração ambiental.





O interesse em plantar árvores no formato de sistemas agroflorestais (SAFs), de modo conjugado com a produção de alimentos, reflete as práticas tradicionais de cultivo dos sistemas agrícolas indígenas, principalmente na forma de quintais de fruteiras ao redor das casas e das aldeias. No entanto, no âmbito do GATI, foi observada uma preocupação crescente com a restauração florestal, particularmente de nascentes e matas ciliares, por conta da importância do fornecimento de água em quantidade e qualidade para as comunidades.

Especialmente em regiões fora da Amazônia, uma parcela significativa de Terras Indígenas (TIs) representa situações de retomada de territórios tradicionais, muitos dos quais, porém, alterados pelo desmatamento e degradação ambiental, criando situações de escassez dos recursos florestais importantes para o modo de vida indígena.

Além da falta de matérias-primas relacionadas às necessidades básicas, tais como madeiras e palhas para construção de moradias, material para artesanato, lenha para cozinhar os alimentos, até plantas de usos medicinais, rituais, entre outros, o desmatamento tem resultado na perda de habitat para animais de caça e a degradação dos recursos hídricos, entre outras funções ecossistêmicas afetadas.

Diante deste quadro, as iniciativas agroflorestais trazem a possibilidade de combinar a produção de alimentos com a restauração de florestas, e várias TIs fora da Amazônia que figuraram como áreas de referência do Projeto GATI vêm enfrentando o desafio de restaurar paisagens florestais com resultados promissores. Essas experiências, além de promoverem o bem-estar de comunidades indígenas, conforme os objetivos da PNGATI, têm potencial de se tornar pontos de partida para o aumento de áreas recuperadas e, ainda, referências para novas iniciativas em outras TIs.

Assim, o tema de restauração florestal em TIs representa terreno fértil para programas e investimentos específicos, trazendo a possibilidade de uma real contribuição aos compromissos assumidos pelo governo brasileiro quanto ao reflorestamento de áreas degradadas e as metas de prevenção de mudanças climáticas.

Na Amazônia, os territórios indígenas muitas vezes estão protegidos por outras áreas de conservação, potencializando sinergias para a discussão de corredores de biodiversidade e mosaicos de áreas protegidas. Não é essa, porém, a realidade em outras regiões do país, nas quais a construção de estratégias de recomposição florestal de Terras Indígenas deve partir da combinação entre ações de conservação e recuperação ambiental, envolvendo inclusive os seus entornos.

## O GATI e outras políticas públicas



O GATI gerou um ambiente de articulação interinstitucional propício à inserção da temática indígena em políticas públicas relacionadas à PNGATI. Casos merecedores de destaque são os da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO (Brasil, 2012b) e da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (Brasil, 2010).

No campo da PNAPO, o GATI promoveu a participação indígena em diversos eventos nacionais e regionais, bem como em feiras de sementes e seminários. A Funai e representantes indígenas passaram a compor a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), na qualidade de convidados permanentes, assim como participaram ativamente da elaboração do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), lançado em julho de 2016.

No caso da PNATER, o impulso temático proporcionado pelo GATI influenciou no entendimento, dentro dos ambientes do governo federal, de que a chamada “ATER indígena” (assistência técnica e extensão rural específica para povos indígenas) deve fazer parte de um conceito mais abrangente de gestão territorial e ambiental das TIs, que dialogue com a formação de agentes indígenas tal como vem sendo discutida no âmbito da PNGATI.





## Do GATI ao futuro da PNGATI

O GATI encerrou sua atuação no segundo semestre de 2016 deixando um saldo extremamente positivo em termos de protagonismo e participação indígena, fortalecimento das articulações interinstitucionais e esforços investidos para implementar a política que ajudou a criar: a PNGATI. Diante da necessidade de dar continuidade e fazer avançar os processos já estabelecidos, deixa também uma série de lições e desafios para o futuro.

O GATI deu visibilidade à enorme demanda existente, e também a diversas experiências bem sucedidas, para além das fronteiras da Amazônia, na qual se costumava concentrar a maior parte do apoio a iniciativas socioambientais indígenas. O sucesso da PNGATI também depende desse olhar mais descentralizado para novos projetos e investimentos de cooperação focados na gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas (TIs) no Brasil. Os povos indígenas do Nordeste e do Centro-Sul, que vivem realidades extremamente conflituosas, precisam estar no mapa desses investimentos. A percepção dos representantes desses povos que estiveram mais diretamente envolvidos com o GATI é que o Projeto foi muito importante, ainda que tenha deixado lacunas que precisam ser trabalhadas numa desejada continuidade da iniciativa.

Para dar conta das especificidades regionais sem perder de vista a coesão em âmbito nacional, é fundamental que os atores envolvidos com o GATI e a PNGATI mantenham o grau de articulação que permitiu o desenvolvimento da rede de apoio à temática da gestão territorial e ambiental de TIs nas últimas décadas. O mundo está às voltas com a necessidade de enfrentar a realidade das mudanças do clima. O uso sustentável e o manejo de recursos naturais nas TIs brasileiras têm claras condições de reivindicar espaço crescente nessa equação.

É preciso dedicar maior atenção aos órgãos de governança da PNGATI: seu Comitê Gestor, os Comitês Regionais da Funai e o CNPI – Conselho Nacional de Política Indigenista. Caso especial é o dos Comitês Regionais da Funai, que, previstos no decreto da PNGATI para constituírem as instâncias regionais de governança da Política, enfrentam consideráveis dificuldades operacionais. A superação dessas dificuldades é decisiva para que a PNGATI ganhe maior concretude por meio da regionalização dos debates afetos às temáticas que a compõem. Igualmente estratégico será viabilizar e monitorar a execução das ações que foram incluídas no Plano Integrado de Implementação da PNGATI (Smith et al, 2016), amplamente debatido e pactuado no âmbito do seu Comitê Gestor. Resta, ademais, o desafio de integrar as questões relativas à Política com as mais amplas discussões indigenistas, conduzidas no âmbito do CNPI.

O futuro da PNGATI depende de condições favoráveis à plena participação dos povos indígenas nesses processos e instâncias de deliberação. A participação indígena foi decisiva no processo de construção do GATI e da PNGATI, e será decisiva também nos próximos passos de implementação da Política. A presença indígena nos espaços de participação será fundamental para que os resultados do GATI sejam replicados, oferecendo mais consistência à implementação da PNGATI nos planos nacional, regional e local.

As lições aprendidas durante a execução do GATI indicam que os povos indígenas estarão tanto mais em condições de contribuir para a gestão integrada de áreas protegidas brasileiras quanto mais fortalecidos estiverem em termos políticos, culturais e socioeconômicos. Para tal, podem ser destacadas **quatro linhas de ação** que merecem investimento:

#### 01 Fortalecimento das organizações indígenas e de sua participação em instâncias de governança e controle social da implementação da PNGATI.

As organizações indígenas que participaram do processo de construção e execução do GATI saíram mais fortalecidas, mas muito ainda precisa ser feito. Formas de apoio institucional efetivo às organizações indígenas, que contribuam para suas estruturas de funcionamento, comunicação e mobilização junto a suas comunidades de base são fundamentais. Garantem às associações indígenas uma maior capacidade organizacional para a execução e acompanhamento de projetos, assim como uma maior abrangência política para suas ações.

É igualmente importante garantir condições para que os espaços de participação social e governança relacionados às políticas indigenistas e ambientais sejam ocupados de modo qualificado. Para isso, é necessário ampliar e diversificar os processos formativos.

#### 02 Formação nos conteúdos da PNGATI e em gestão territorial e ambiental.

Diversos atores e parceiros destacaram a formação como um dos aspectos mais importantes do GATI. A experiência acumulada com os cursos básicos de formação em PNGATI precisa traduzir-se, por um lado, na sua multiplicação, atingindo novos públicos e novas regiões dentro do universo de gestores indígenas e não indígenas, e, por outro, na construção de processos de formação continuada.

Um segundo aspecto importante da formação diz respeito à dimensão mais técnica da gestão territorial e ambiental – àquela figura multifacetada dos “agentes” indígenas, anteriormente referida, e ao potencial de ações concretas que estes têm condições de viabilizar em suas comunidades e territórios.

Trata-se de investir na formação e reconhecimento de agentes indígenas fomentadores de práticas de recuperação e manejo de recursos naturais, de atividades de educação ambiental, de ações de vigilância territorial ou de atividades para geração de renda, tais como etnoturismo, agroextrativismo, entre outras.

#### 03 Restauração ambiental.

O GATI revelou uma consistente demanda por recuperação ambiental de áreas degradadas/ desmatadas em TIs, principalmente do Nordeste e Centro-Sul do país, e a possibilidade de se incentivar o reflorestamento de modo conjugado com a produção de alimentos, a geração de renda e a recuperação de outros recursos naturais. Abre-se a perspectiva de que, em escalas maiores, a restauração de ambientes em TIs seja combinada com iniciativas de conexão de fragmentos florestais, constituição de corredores de biodiversidade e mosaicos de áreas protegidas.

Tudo isso em consonância com o posicionamento do Brasil no debate internacional sobre mudanças climáticas, por meio do compromisso com a meta de “restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, para múltiplos usos” (Brasil, 2015).

#### 04 Conservação da biodiversidade.

Os 25% do território brasileiro que são compostos por áreas protegidas possuem enormes potencialidades e importância estratégica para a conservação de recursos naturais. Nesse contexto, é possível proteger também a rica sociodiversidade representada pelos povos indígenas e populações tradicionais que habitam essas áreas, contribuindo para a manutenção desses recursos.

Para isso, é necessário incrementar as sinergias existentes nas interfaces entre Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), fortalecendo a construção de mosaicos dessas áreas e a viabilização de corredores de biodiversidade para a integração de paisagens e fragmentos florestais. A gestão compartilhada de recursos naturais, envolvendo populações locais e gestores públicos, pode garantir estratégias comuns de conservação e a proteção dessas áreas.

O apoio às ações acima permitiria contemplar muitas das ações previstas nos PGATs já elaborados nas TIs do Brasil. Significa dizer que garantir recursos e parcerias para o desenvolvimento dessas ações é forma de contribuir para a implementação não apenas da PNGATI, mas de boa parte dos PGATs existentes no país.

Tanto no caso da Política quanto no dos Planos de Gestão, o primeiro passo foi organizá-los e colocá-los no papel. O desafio, agora, é criar mecanismos que, absorvendo as experiências e lições aprendidas do GATI, favoreçam a transformação da PNGATI e dos PGATs em realidade nas TIs distribuídas por todo o território nacional.



## Legendas



Lideranças Potiguara e a Baía da Traição, território Potiguara.  
©Mário Vilela/Funai-2008



A importância cultural do croá, cujas fibras servem à confecção da vestimenta ritual praiá, tem levado os Pankaruru a buscar formas de manejo e conservação da espécie.  
©AcervoProjetoGATI-2014



Paisagem do Cerrado.  
©Andreza Andrade-2014



Turma do Formar PNGATI Cerrado em Brasília-DF.  
©Acervo CGGAM/ Funai-2015



Plenária no evento de consulta do Projeto GATI realizado em Itamaracá-PE.  
©Mário Vilela/Funai-2008



Paisagem de caatinga na TI Entre Serras de Pankararu.  
©Mário Vilela/Funai-2015



José Paulo Kiriri e Toninho Guarani, cursistas do Formar PNGATI Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.  
©Robert Miller-2015



Tumucumaque.  
©Mário Vilela/Funai-2014



Mulheres Wajãpi coletam frutos na floresta.  
©Mário Vilela/Funai-2009



Crianças Guarani participam de atividades de reflorestamento com palmeira juçara na TI Guarani do Bracuí-RJ.  
©Dafran Macário-2014



Área de quintais agroflorestais na TI Pirakuá (MS).  
©Robert Miller-2013



Sônia Guajajara durante a 1a Conferência Nacional de Política Indigenista, realizada em Brasília.  
©Acervo Funai-2015



Paisagem na TI Uaçá.  
©Mário Vilela/Funai-2009



Vista da aldeia Bacajá, na TI Trincheira-Bacajá (PA) da etnia Xikrin, mostrando os quintais de árvores frutíferas que circundam as casas.  
©AcervoProjetoGATI-2015



Revisão do PGTA da TI Moadate (AC).  
©Acervo CPI/AC-2015



Aldeia Sede na TI Mangueirinha (PR). A ocupação da terra pelos indígenas demonstra a harmonia com a floresta.  
©Robert Miller-2014



Conselheiros e consultores do GATI, no Núcleo Regional Pantanal/ Cerrado.  
©Robert Miller-2013



Com apoio do Projeto GATI, os Terena, habitantes das bordas do Pantanal, vem desenvolvendo diversas iniciativas ambientais, desde a proteção de nascentes à implementação de sistemas de produção mais sustentáveis, com uso de técnicas agroecológicas e agroflorestais.  
©Robert Miller-2016



Turma de Agentes Socioambientais Wajãpi em atividade de campo.  
©Acervo Iepé-2014



Demonstração de como se carregava erva mate antigamente, durante formação Mosarambihára na TI Jaguapiré (MS).  
©Gilmar Galache-2016



Paisagem na TI Uaçá, no Oiapoque (AP).  
©Mário Vilela/Funai-2009



Durante intercâmbio promovido pelo Projeto GATI em 2015, com visita de representantes Xikrin da TI Trincheira Bacajá (PA) à TI Wajãpi (AP), Mokuká Xikrin apresenta a situação do seu território e entorno.  
©Allyne Mayumi Rodolfo/CR Funai Centro Leste do Pará-2014



No Oiapoque, o açai é um dos principais itens da dieta dos povos indígenas.  
©Mário Vilela/Funai-2009



Indígena Xokleng da TI Ibiraema (SC).  
©Rosa Villanueva-2014

## Referências

APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). (2016). Participação e protagonismo indígena (A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas). Brasília: IEB. 31 p.

BAVARESCO, Andreia et al. (2016). Formação para gestão territorial e ambiental (A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas). Brasília: IEB. 57 p.

BENITES, Eliel et al. (2016). Núcleo Regional Pantanal/ Cerrado (A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas). Brasília: IEB. 113 p.

BRASIL. (2002). Decreto no 4.339, de 22 de agosto de 2002. Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4339.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4339.htm)>. Acesso em: 15 out. 2016.

\_\_\_\_\_. (2004). Portaria Interministerial no 325, de 22 de dezembro de 2004, que institui, “no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, Grupo de Trabalho – GT, com a finalidade de elaborar projeto de âmbito nacional, voltado às ações de proteção, conservação, recuperação e uso sustentável de biodiversidade em terras indígenas, a ser submetido ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF”. Diário Oficial da União no 247 (sexta-feira, 24 de dezembro de 2004), Seção 1, p. 82.

\_\_\_\_\_. (2008). Portaria Interministerial no 276, de 12 de setembro de 2008. Institui Grupo de Trabalho Interministerial – GTI com a finalidade de elaborar proposta de Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas. Diário Oficial da União no 178 (segunda-feira, 15 de setembro de 2008), Seção 1, p. 68-69.

\_\_\_\_\_. (2009). Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm)>. Acesso em: 15 out. 2016.

\_\_\_\_\_. (2010). Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. (2012a). Decreto no 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm)>. Acesso em: 15 out. 2016.

\_\_\_\_\_. (2012b). Decreto no 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. (2015). Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada para Consecução do Objetivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/BRASIL-iNDC-portugues.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/BRASIL-iNDC-portugues.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2016.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriela Casimiro (Orgs.). (2012). Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba. Brasília: FUNAI/ CGMT/ CGETNO/ CGGAM. 107 p. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Series/Etnomapeamento\\_Potiguara/LivroPotiguara-baixa.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Series/Etnomapeamento_Potiguara/LivroPotiguara-baixa.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2016.

CARDOSO, Thiago Mota; PINHEIRO, Maira Bueno (Orgs.). (2012). Aragwaksã: Plano de Gestão Territorial do povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas. Brasília: FUNAI/ CGMT/ CGETNO/ CGGAM. 109 p. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Series/Aragwaksa\\_Pataxo/Aragwaksa\\_PlanoGestao\\_Pataxo.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Series/Aragwaksa_Pataxo/Aragwaksa_PlanoGestao_Pataxo.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2016.

FLORES, Lucio Paiva; MACIEL, Márcia Regina Antunes; ALMEIDA, Soraya Campos. (2016). Núcleo Regional Amazônia/ Cerrado (A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas). Brasília: IEB. 73 p.

FUNAI. (2013). Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: orientações para elaboração. Brasília. 20p. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cggam/pdf/Cartilha\\_PGTA.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cggam/pdf/Cartilha_PGTA.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2016.

GOULART, Alexandre et al. (2016). Núcleos Regionais Amazônia Central/ Ocidental e Oriental (A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas). Brasília: IEB. 141 p.

IPAM. (2015). Terras Indígenas na Amazônia Brasileira: do orçamento à mitigação da mudança climática. Brasília. 10p. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/2sem2015/Dezembro/Dez.15.39.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

LITTLE, Paul E. (2015). Centros e Experiências de Formação Indígena em Gestão Territorial e Ambiental na Amazônia Brasileira. Brasília. IEB. 53p.

MACÁRIO, Dafran Gomes; VILLANUEVA, Rosa Elisa. (2016). Núcleos Regionais Sul e Sudeste (A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas). Brasília: IEB. 153 p.

MACIEL, Ney José Brito. (2016). Instrumentos de gestão territorial e ambiental (A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas). Brasília: IEB. 43 p.

MILLER, Robert P. et al. (2016). Agroecologia, agroflorestas e restauração florestal em terras indígenas (A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas). Brasília: IEB. 57 p.

MMA (Org.). (2014). PPCerrado – Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no Cerrado: 2ª fase (2014-2015). Brasília: MMA. 132 p. Disponível em: <[http://www.florestal.gov.br/snif/images/Publicacoes/ppc cerrado\\_2fase.pdf](http://www.florestal.gov.br/snif/images/Publicacoes/ppc cerrado_2fase.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2016.

OLIVEIRA, Carlos Alfredo Ferraz de; MODERCIN, Isabel Fróes; BEZERRA, Tiago Silva. (2016). Núcleos Regionais Nordeste I e II (A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas). Brasília: IEB. 201 p.

SIQUEIRA JR., Jaime. (2016). Gestão do projeto (A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas). Brasília: IEB. 33 p.

SMITH, Maira; STIBICH, Graziela R. de; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (Orgs.). (2016). PNGATI: Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Brasília: Projeto GATI/ Funai. 80 p.

### Ficha Técnica

#### Organização e redação

Fernando Vianna - Funai  
Jaime Siqueira Jr. - consultor  
Marcela Menezes - IEB  
Robert Miller - PNUD/GATI

#### Colaboração

Carlos Castro - consultor  
Gabriella Guimarães - Funai  
Hélcio Souza - TNC  
Juan Scalia - Funai  
Paulo Russo - ICMBio  
Rose Diegues - PNUD  
Sônia Bone - APIB  
Valéria Carvalho - Funai  
Vera Olinda - Funai  
Coordenação Geral de Geoprocessamento-CGGEO - Funai  
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

#### Mapas

Romero Gomes

#### Seleção de imagens e revisão

Andreza Andrade

#### Projeto gráfico e diagramação

Sília Moan

#### Arte da capa

Sília Moan



PROJETO GESTÃO  
AMBIENTAL E  
TERRITORIAL  
INDÍGENA



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E CIDADANIA

